

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA DO PANTANAL-MT – CERBPANTANAL- MT EM 2021.**

<b>Pauta:</b>	1. Aprovação da ATA da 1ª Reunião Ordinária de 2021; 2. Ordem do dia: 2.1 Mapeamento das brigadas de incêndios no Pantanal Norte - Marcondes Geraldo Coelho Júnior – ICV; 2.2 Apresentação do WWF-Brasil sobre a criação do selo da RB Pantanal; 2.3 Apresentação do SESC Pantanal sobre os Planos de Ação Específicos para as sete ações do PA da RB Pantanal – 2020-2023; 2.4 Apresentação das ações do PA da RB Pantanal em andamento em 2021; 2.5 Participação dos membros CERBPantanal-MT em vídeo para a UNESCO. 3. Informes 3.1 Lista de empresas credenciadas pelo Corpo de Bombeiros de MT, para capacitação de bombeiros civis e brigadas de incêndios; atualização em 25/03/2021.				
<b>Local:</b>	Reunião virtual na sala <a href="https://us02web.zoom.us/j/85243926893?pwd=a3l3L2hhTGdEOHVJbnphcHp2YjZXdz09">https://us02web.zoom.us/j/85243926893?pwd=a3l3L2hhTGdEOHVJbnphcHp2YjZXdz09</a>				
<b>Data:</b>	11/06/2021	<b>Início:</b>	09h15	<b>Término:</b>	11h25
<b>Presidente:</b>	Gabriela Rocha Priante Teles de Ávila (SEMA)				

<b>Membros do CERBPantanal-MT presentes:</b>	
<b>Nome</b>	<b>Instituição</b>
Álvaro Fernando Leite	FIEMT
Beatriz Lacerda de Carvalho	FAMATO
Bráulio Américo Carlos Oliveira	AECOPAN
Cátia Nunes da Cunha	UFMT
Cláudia R. S. Pinho	Rede de Comunidades Tradicionais (CTs) Pantaneira
Cristina Cuiabália	RPPN Sesc Pantanal
Eduardo Reckers Segatto	RPPN Cachoeira do Tombador (Votorantim Cimento)
Fernando Xavier	ICMBIO
Fernando Rodrigo Tortato	ONG Panthera
Hélida Bruno Nogueira Borges	SEMA
Leandro Carvalho Lima	SEDEC
Lisandro de Souza Peixoto Neto	SEMA
Manoel dos Santos Filho	UNEMAT – Campus de Cáceres
Mariana Sasso	FIEMT
<b>Observadores:</b>	
Deroni Mendes	ICV
Marcondes Geraldo Coelho Júnior	ICV
Paloma Pressato	ICV
Cyntia Santos	WWF-Brasil
Breno Ferreira de Melo	WWF-Brasil
Júlia Correa Boock	WWF-Brasil

Laércio Souza	Presidente CN da RB Pantanal
Elton Antônio Silveira	SEMA
Marcos Antônio Camargo Ferreira	SEMA

<b>Relatos</b>	
Gabriela (SEMA)	<p>Agradeceu a presença de todos e verificou se havia quórum para a reunião. Seguiu lendo a pauta do dia: 1) Aprovação da ATA da 1ª Reunião Ordinária de 2021; 2) Ordem do dia: 2.1 Mapeamento das brigadas de incêndios no Pantanal Norte - Marcondes Geraldo Coelho Júnior – ICV; 2.2 Apresentação do WWF-Brasil sobre a criação do selo da RB Pantanal; 2.3 Apresentação do SESC Pantanal sobre os Planos de Ação Específicos para as sete ações do PA da RB Pantanal – 2020-2023; 2.4 Apresentação das ações do PA da RB Pantanal em andamento em 2021; 2.5 Participação dos membros CERBPantanal-MT em vídeo para a UNESCO; 3) Informes: 3.1 Lista de empresas credenciadas pelo Corpo de Bombeiros de MT, para capacitação de bombeiros civis e brigadas de incêndios; atualização em 25/03/2021: 143 empresas (MT, TO, PR, SP), 45 com credenciamento sem validade ou certificado cassado, 98 com certificado válido para 2021 e 2022, sendo 17 em Cuiabá, 02 em Várzea Grande, 01 em Santo Antônio do Leverger; 3.2 Capacitação de 11 comunidades tradicionais para formação de brigadas de incêndios voluntárias para atuar no combate ao fogo nas UCs PE Encontro da Águas, PE Águas Quentes e EP Transpantaneira. Custeio: SEMA e Programa REM-MT. Instrutores: Corpo de Bombeiros de MT. Informou que a ATA da 1ª RO do CERBPantanal-MT foi encaminhada aos membros por email e solicitou que se manifestasse quem tivesse sugestões e/ou correções; na ausência de questionamentos foi aprovada por unanimidade. Posteriormente solicitou que a Deroni (ICV) se manifestasse.</p>
Deroni (ICV)	<p>Fez uma introdução à palestra do Marcondes apresentando o ICV como uma ONG parceira do Governo de Mato Grosso, que tem como missão a construção de soluções compartilhadas para o uso sustentável dos solos e recursos naturais, discutindo sempre com os diferentes atores envolvidos nos trabalhos, contribuindo sempre na obtenção das melhores soluções. Destaca que a atividade de mapeamento das brigadas no Pantanal está sendo desenvolvida em conjunto com o WWF-Brasil, e tal demanda foi efetuada por atores preocupados com as queimadas no Pantanal Mato-grossense e buscando alternativas não apenas de combate aos incêndios florestais, mas como prevenir este impacto sobre o ambiente. Como consequência foi proposto o levantamento das brigadas de combate aos incêndios, definindo onde atuam e como atuam, se são provisórias ou permanentes, se estão em Terras Indígenas ou propriedades privadas, se são municipais. O levantamento constitui uma alternativa de prevenção às queimadas.</p>
Marcondes (ICV)	<p>Informou que atua como analista do ICV no Programa Transparência Ambiental, uma das linhas de ação do ICV. A demanda do levantamento das brigadas de combate aos incêndios constitui uma ação importante, considerando os dados sobre clima para 2021, que informam da criticidade da estação seca no Estado, exigindo a definição de várias estratégias para este período. Estudo recente mostrou um aumento de mais de 375% das áreas queimadas no Pantanal Mato-grossense como</p>

um todo, em 2020, o que exige uma grande mobilização para enfrentamento das queimadas em 2021. Cerca de 43% das áreas impactadas não haviam sido queimadas nos anos anteriores. Não há ainda estimativa de perda da biodiversidade e de como as queimadas afetaram as populações locais. Acrescenta que o principal desafio do levantamento das brigadas foi a pandemia da Covid-19, que restringiu a realização de capacitações para brigadistas. Apresentou a plataforma para conhecimento de todos, explicando que deveria estar disponível para consulta no dia anterior, mas foram necessários alguns ajustes no texto; acredita que seria publicada ainda no dia 11/06/2021. Esclareceu que o mapeamento foi efetuado em maio de 2021, a partir de três etapas. O primeiro trata da análise do Plano de Ação Estadual de Combate aos Incêndios Florestais e o Plano de Emergência do Corpo de Bombeiros (Batalhão de Emergências – BEA), principal braço do Estado para prevenção e combate aos incêndios florestais, ou seja, como o governo estadual está se preparando para enfrentar a estação seca em 2021. O segundo diz respeito à realização de entrevistas com pessoas com intuito de obter informações sobre as brigadas principalmente aquelas que não são institucionais, as quais não haveria como fazer pedido de dados, via lei de acesso à informação, que serviram para validar as informações coletadas ao longo do tempo. Portanto, o levantamento representa um trabalho colaborativo como várias instituições, como a ONG SOS Pantanal, mas também atores sociais de diferentes instituições ou que atuam de forma independente, como é o caso das brigadas comunitárias. Em seguida começou a apresentar a plataforma, esclarecendo que contém uma explicação para os usuários sobre como as queimadas são um problema em MT e que falaria apenas sobre a região do Pantanal Mato-grossense; a plataforma inclui dados e informações técnicas reunidas em um “dashboard” sobre as diferentes brigadas identificadas ao longo do estudo. A plataforma é interativa, permitindo, por exemplo, ao dar um zoom identificar os pontos coloridos onde estão localizadas as brigadas; cada cor corresponde aos diferentes tipos de brigadas: pontos vermelhos tratam dos bombeiros, que são a maioria; amarelos representam as brigadas federais, em branco as brigadas comunitárias, em azul claro as brigadas municipais mistas e em azul escuro as brigadas particulares. Cada ponto reúne informações sobre a brigada: tipo de brigada, localização, coordenadas geográficas, nome da liderança, status ativa/inativa, bioma, se são temporárias/permanentes. Assim, o usuário tem acesso às informações de todas as brigadas de MT, incluindo o Pantanal. Os resultados mostram que 31% das brigadas no Estado são permanentes e 57% temporárias. Outra possibilidade é uso de filtro para seleção das diferentes brigadas, permitindo ver a espacialização e o número de cada uma, e realizar o *download* do banco de dados em formato *shape* ou EXCEL contendo as informações qualitativas que foram levantadas no mapeamento. Desta forma o ICV se propõe a tornar a base de dados pública e acessível para tomadores de decisão, em diferentes setores, possam ter acesso a essas informações. A base de dados também agrega informações complementares como: nível de treinamento e disponibilidade de equipamentos para prevenção e/ou combate. O ICV dispõe de outras informações que no momento não estão incluídas na base de dados como, por exemplo, disponibilidade de veículos e os

	<p>tipos de equipamentos. Isso se deve à quantidade de informações que o Corpo de Bombeiros possui nas suas unidades e que ainda não foram inseridas na base de dados. Tais informações podem ser solicitadas diretamente à ONG por email. Na plataforma o usuário também terá informações mais detalhadas sobre os diferentes tipos de brigadas que atuarão no Pantanal Mato-grossense. Por exemplo, qual o papel das brigadas do Corpo de Bombeiros, ou como funcionam as brigadas mistas municipais que são um tipo de resposta temporária do Corpo de Bombeiros. Especificamente tratando do Pantanal Mato-grossense o ICV procurou destacar a importância desta zona úmida diante das mudanças climáticas, certamente afetadas pelos incêndios florestais ocorridos em 2020, permitindo que o usuário acesse relatórios técnicos produzidos pelo ICV e por distintas entidades, bem como conhecer outras iniciativas como a da SOS Pantanal que criou a Expedição Pantanal – Brigadas Pantaneiras e está fornecendo a capacitação e suporte na implementação de brigadas comunitárias. No Pantanal Mato-grossense existem 11 brigadas, sendo quatro institucionais formadas pelo Corpo de Bombeiros, destas 01 localizada em Poconé, 01 em Cáceres e 02 bases descentralizadas – 01 PE Encontro das Águas, 01 Barão de Melgaço. Quatro outras brigadas são particulares, sendo 02 no SESC Pantanal (01 na RPPN e 01 na Baía das Pedras) e duas de outras instituições. Uma brigada comunitária em São Pedro de Joselândia, que está recebendo apoio da SOS Pantanal. Duas brigadas federais, uma do IBAMA (Programa PREVFOGO) que atua tanto em assentamentos (em MT é o PA Limoeiro) quanto em Terras Indígenas, e uma brigada do ICMBio que atua na ESEC Taiamã. A plataforma possui ainda dados sobre alerta de queimadas para todo o Estado. Entre janeiro e maio de 2021 já foram identificados mais de 3.000 focos de calor. Esta informação é preocupante, uma vez que os dados do INPE sobre a intensidade da seca no Pantanal Mato-grossense indicam que esta será severa neste ano. Portanto, o cenário para a região é preocupante para 2021. A plataforma contém outras informações, por exemplo, como os incêndios ocorreram em 2020, possibilitando que o Estado se prepare melhor para novas ocorrências em 2021, além de informações federais e estaduais sobre as brigadas e os planos de combate aos incêndios florestais. Também oportuniza que usuários que disponham de informações sobre outras brigadas ou que participem de brigadas comunitárias possam cadastrá-las no site e fazer parte da base de dados da plataforma, desde que sejam autorizadas por quem preencheu o formulário conforme exige a Lei de Proteção de Dados Pessoais (LPDP). Acredita que, mesmo estando em junho, a atuação das brigadas poderá auxiliar na prevenção aos incêndios no Pantanal Mato-grossense em 2021. Finalizou se colocando à disposição de todos para maiores esclarecimentos.</p>
Gabriela (SEMA)	<p>Agradeceu ao Marcondes pela apresentação, afirmando que as informações poderão auxiliar a todos os que busquem saber mais sobre as brigadas no Pantanal Mato-grossense. Em seguida, solicitou que aqueles presentes à reunião que estavam com dúvidas ou buscando mais informações se manifestassem sobre o trabalho do ICV.</p>
Hélida (SEMA)	<p>Esclareceu que na reunião anterior do Comitê foi comentado que as propriedades rurais poderiam atuar como pontos de apoio, no sentido</p>

	de atuar antes da chegada dos bombeiros em áreas com início de incêndio. Afirmou que o Fernando Tortato (Panthera) colocou a fazenda da ONG à disposição e disse que tinha outros contatos na região. Perguntou ao Marcondes se tais propriedades não poderiam ser integradas à plataforma.
Marcondes (ICV)	Afirmou que o ICV tem intenção de aprimorar a plataforma e que foi apresentada a versão 1.0. No futuro pretendem cruzar dados pluviométricos com outros que permitam prever os pontos com maior probabilidade de ocorrer novos incêndios e como mobilizar as brigadas localizadas na região. Explicou que tais fazendas poderiam ser definidas como uma nova categoria no mapeamento, mas, contudo, salientou que foi muito difícil conseguir as informações que constam atualmente na plataforma porque não estavam sistematizadas e que em tempos de pandemia o levantamento de informações por meio remoto não é fácil, principalmente na zona rural. Relatou que está buscando informações de outras RPPNs situadas em MT, cujos proprietários residem em outros Estados. Complementou dizendo que com mais informações será possível criar novas categorias para a inclusão na plataforma. Agradeceu a sugestão.
Gabriela (SEMA)	Informou que a Júlia (WWF-Brasil) sugeriu de incluir a plataforma no site da RB Pantanal, onde receberia um destaque especial com a criação de uma aba denominada “brigadas Pantanal”. Perguntou ao Marcondes a sua opinião sobre esta possibilidade.
Marcondes (ICV)	Afirmou que a partir do link da plataforma qualquer instituição ou entidade poderá acessar a plataforma. Acrescentou que o ICV também colocou à disposição na plataforma, além do formulário de cadastramento, dois e-mails, um para contato com a área de comunicação do ICV e outro para tratar especificamente sobre as brigadas.
	Observou que na apresentação foi comentada a possibilidade de incluir dados sobre precipitação. Questionou a viabilidade de acrescentar outros dados sobre as condições climáticas que não estão facilmente disponíveis, por falta de convênio ou outra burocracia com instituições. Acredita que por meio da plataforma seria interessante visualizar informações quinzenais ou diárias, desde que o ICV tenha acesso a esses dados.
Marcondes (ICV)	Na plataforma está o link do monitor de queimadas do ICV, que permite o acesso a um dashboard sobre queimadas, com atualização frequente. O usuário tem acesso a informações sobre queimadas, não sobre dados climáticos, mas sobre os focos de calor, sendo possível filtrar por municípios, mês ou categoria fundiária, como as Terras Indígenas, e construir gráficos. Os dados climáticos são disponibilizados pelo INPE, que possui plataformas específicas. Acredita que o ICV poderá fazer a inclusão desses dados na plataforma sobre as brigadas. Agradeceu a sugestão.
Gabriela (SEMA)	Perguntou ao Marcondes se na plataforma foi incluída a lista de empresas credenciadas pelo Corpo de Bombeiros para capacitação de brigadistas.
Marcondes (ICV)	Respondeu que não foram incluídas, mas que o ICV se reuniu com algumas delas, como a Aliança da Terra e o CIPEM. O ICV está aguardando que essas entidades disponibilizem informações sobre

	brigadas que estão ativas em propriedades rurais e áreas de manejo florestal.
Gabriela (SEMA)	Perguntou se, então, as brigadas mapeadas estão todas ativas.
Marcondes (ICV)	Esclareceu que sim, mas que as brigadas indicadas como “em implementação” representam aquelas capacitadas e que estão aguardando algum tipo de equipamento. Ao todo são 89 brigadas ativas atualmente em MT.
Fernando Tortato (Panthera)	Parabenizou o Marcondes (ICV) pelo esforço em compilar tantas informações e exemplificou a importância das brigadas rurais, tanto as particulares como as voluntárias. Informou que a Panthera está formando na Fazenda Jofre Velho a brigada Alto Pantanal/Haroldo Paulo, com os membros capacitados pelo Corpo de Bombeiros. Relatou que na quarta-feira a brigada atuou oficialmente no combate a incêndio no km 110 da Transpantaneira. Esse caso mostra a importância da brigada rural e do conhecimento do seu território de atuação. Considerando as condições climáticas atuais o fogo poderia se alastrar na vegetação caso, fosse necessário aguardar os bombeiros. Concluiu afirmando que o contato do Poder Público com essas brigadas ocorra com intuito de agir de maneira mais efetiva no combate aos incêndios florestais.
Marcondes (ICV)	Concordou com o Fernando Tortato (ICV) e acrescentou que não havia ainda as informações reunidas e especializadas em uma mesma plataforma. O conhecimento estava restrito às brigadas do Corpo de Bombeiros. Isso resultou no desastre de 2020 no Pantanal Mato-grossense. Mesmo a brigada competente do SESC Pantanal não conseguiu evitar que mais de 90% da RPPN fosse destruída.
Gabriela (SEMA)	Parabenizou ao ICV pela iniciativa e lembrou que foi enviada aos membros do CERBPantanal-MT a lista das empresas credenciadas pelo Corpo de Bombeiros para capacitação de brigadas. Complementou explicando que a lista está disponível para comunidades e associações que estão se mobilizando ou que tenham interesse em formar brigadas; a lista contém 98 empresas certificadas para atuar em 2021 e 2022, com 17 em Cuiabá, duas em Várzea Grande e uma em Santo Antônio do Leverger. Informou que a SEMA, em parceria com os bombeiros e o Programa REM, estão capacitando 11 brigadas voluntárias formadas por comunidades tradicionais, para atuar no combate ao fogo nas unidades de conservação: PE Encontro das Águas, PE Águas Quentes e da EP Transpantaneira. Concluiu relatando que esta é uma das iniciativas do Estado no combate aos incêndios florestais em 2021. Seguiu a reunião solicitando que o WWF Brasil apresentasse informações sobre a criação de um selo da RB Pantanal.
Breno (WWF-Brasil)	Cumprimentou a todos e parabenizou o ICV pelo mapeamento das brigadas. Apresentou a nova analista da ONG, Cyntia Santos, que passará a acompanhar o trabalho sobre o selo da sociobiodiversidade da RB Pantanal, que representa uma das ações definidas no Plano de Ação da reserva. Essa iniciativa está sendo desenvolvida em parceria como o SENAI-MS e, nesta fase, o WWF-Brasil está apresentando aos dois comitês da RB do Pantanal, de MT e MS, bem como buscando sugestões de melhoria na proposta.

Júlia (WWF-Brasil)	<p>Cumprimentou a todos e parabenizou o Marcondes (ICV) pela plataforma sobre as brigadas. Iniciou a apresentação informando que as atividades relacionadas ao selo estarão no site da RB Pantanal e será disponibilizado a todos uma senha de acesso somente para os membros do Comitê: <a href="http://www.rbpantanal.org.br/projetos/c/122">http://www.rbpantanal.org.br/projetos/c/122</a>, senha 123456. Explicou que o trabalho teve início em 2020 e foram realizadas reuniões de alinhamento com os coordenadores dos dois comitês e com o presidente do CN da RB Pantanal. Nesta reunião a apresentação será para os membros do CERBPantanal-MT, para conhecimento e avaliação da proposta do SENAI. Explicou que a sustentabilidade da RB Pantanal foi um tema muito discutido durante a construção do Plano de Ação 2020-2023, sempre levando em conta que tal sustentabilidade é baseada na conservação ambiental e na sustentação financeira. O WWF-Brasil, entre outras instituições, vem buscando caminhos para assegurar essa sustentabilidade. O selo constitui uma das alternativas para buscar a sustentabilidade da RB. O WWF-Brasil esteve em contato com os membros da RB Mata Atlântica, que tem o seu próprio selo há vários anos, e que recomendaram a criação de uma campanha de marketing de divulgação e inserção no mercado como produtos diferenciados. O primeiro passo foi definir o que queremos e o que não queremos; queremos identificar como o selo poderá se diferenciar dos demais em função da necessidade de fortalecer as cadeias produtivas do Pantanal Mato-grossense, que têm como base a produção e o consumo responsável, bem como valorizar a região na sua amplitude – fauna, flora, cultura e população. O que a RB não quer? Que se fizesse uma diferenciação entre os pequenos e grandes produtores e que se mantivesse os pequenos invisíveis. Também será importante definir as etapas que possam ser efetivamente alcançadas pelos pequenos e que não tragam prejuízos socioambientais.</p>
Breno (WWF-Brasil)	<p>Uma parte do trabalho foi identificar os produtores e produtos da RB Pantanal e avaliar outros selos visando ter uma base na construção do selo da Reserva. O trabalho é parte do “Programa Sustentabilidade: RB Pantanal” do WWF-Brasil, que foi dividido em três fases que podem ser sintetizadas em três palavras: autoavaliação, validação de outros (Comitê ou outra entidade) e auditoria externa. A primeira fase constitui na identificação das iniciativas, o que está sendo efetuada no momento ao buscar os empreendimentos comunitários, as empresas e demais atividades econômicas encontradas nos limites da Reserva, tendo como referência critérios socioambientais, demonstrando o crescimento das ações sustentáveis na região. Esclarece que essa atividade de identificação é bem trabalhosa e contínua, que não está fechada, e que aceita contribuições do CERBPantanal-MT. Apresentou slide com a logo de 25 selos.</p>
Júlia (WWF-Brasil)	<p>A base de dados está sendo inserida numa plataforma Power-BI; os primeiros dados foram obtidos na Receita Federal, para MT e MS, formando a primeira versão da base. Com a base estruturada é efetuada em seguida uma autoavaliação por parte dos empreendimentos comunitários/ empresas/atividades, no sentido de verificar se atendem os critérios socioambientais definidos pelos Comitês. Caso o resultado seja positivo o usuário, em princípio, poderia</p>

	utilizar o selo denominado “Iniciativa Amiga”, com identidade visual elaborada pelo SENAI, mostrando a integração do homem com a fauna e flora, incluindo as comunidades indígenas.
Breno (WWF-Brasil)	A segunda fase seria a avaliação do funcionamento da plataforma e dos critérios socioambientais pelos Comitês e por outras entidades, que poderão propor a exclusão e/ou a inclusão de novos critérios. A fase três corresponde à certificação, com o rigor de uma ISO 14.001, que será validada por uma auditoria externa. O desenvolvimento dessa fase será mais detalhado no futuro.
Júlia (WWF-Brasil)	Esclareceu que neste momento a proposta é de executar apenas a primeira fase. As demais serão desenvolvidas daqui a dois ou três anos. A primeira fase será dedicada a conseguir um número maior de adesões ao selo, estimulando que os produtos e serviços sejam aperfeiçoados até atender de fato os critérios socioambientais que garantam mais qualidade. Esta fase é definida por três etapas. A primeira consiste no processo de adesão do empreendimento/empresa/atividade, executado ao preencher o formulário online de autoavaliação que está disponível no site da RB Pantanal. Além de preencher o formulário o empreendedor/empresário/responsável pela atividade encaminha para o Comitê os documentos identificadores, como CNPJ, CNPJ Rural, Registro de Produtor Rural – CAP. Nesta etapa o formulário cadastrado e os documentos identificadores serão avaliados, validados e posteriormente o usuário receberá a certificação emitida por um “Núcleo de Avaliação”, formado em cada Comitê. Desta forma, os comitês conhecerão melhor os empreendimentos/empresas/atividades que atuam na RB Pantanal. Sugere que os membros presentes conheçam o formulário e avaliem a sua estrutura.
Breno (WWF-Brasil)	Explicou que após a avaliação os Comitês encaminharão aos responsáveis pelos empreendimentos/empresas/atividades os documentos produzidos nesta etapa. A segunda etapa da adesão seria a apreciação (pré-avaliação) das respostas do formulário por um membro indicado pelo Comitê, que deverá elaborar um parecer simplificado a ser encaminhado, em seguida, junto com os documentos identificadores, para o “Núcleo de Avaliação” de cada Comitê. Solicita que este “Núcleo de Avaliação” seja criado o mais breve possível.
Júlia (WWF-Brasil)	A terceira etapa da adesão (Fase 1) seria a concessão do selo. Inicialmente ocorre a validação pelo “Núcleo de Avaliação”, seguida pela elaboração de um parecer por um dos membros nos casos de não aprovação para o uso do selo (Parecer de Recusa) ou elabora o certificado do selo “Iniciativa Amiga”. O certificado e o manual de uso da identidade visual que será vinculada aos produtos serão encaminhados para o empreendimento/empresa/atividade. Apresentou como exemplo o “Mel do Pantanal”, produzido por uma entidade localizada em Corumbá, MS.
Breno (WWF-Brasil)	Apresentou a plataforma contendo os empreendimentos/empresas/atividades que formam a primeira versão da base de dados. Esclareceu que existem pequenos produtores que não conseguem usar um computador, sendo necessário que uma equipe vá a campo para efetuar o cadastramento. Informou que será encaminhado o link de acesso à plataforma para os membros do CERBPantanal-MT.



Júlia (WWF-Brasil)	Com relação à operacionalização, o WWF-Brasil sistematizou dados relacionados à pecuária e ao turismo, quando todos os produtos e serviços forma mapeados pelo CNPJ. Os Comitês são os responsáveis por organizar e aplicar o selo “Iniciativa Amiga” da RB Pantanal, que deverá executar as seguintes atividades: a) gerir o banco de dados, b) recepcionar os documentos e verificar os envios, c) analisar as respostas e elaborar o parecer preliminar, d) apresentar o parecer ao Comitê, e) elaborar o certificado e enviar aos responsáveis pelo empreendimento/empresa/atividades, e f) acompanhar e monitorar, inclusive quanto aos vencimentos. Por meio site da RB Pantanal os membros têm acesso na aba “Projetos” o que trata do selo da Reserva; ao clicar neste tópico serão abertas duas janelas, uma definida pelas “Macro Etapas do Selo RBP” e a outra sobre à “Nova Identidade Visual da RBP”; o acesso a cada uma se dá com a senha 123456. A primeira constitui um resumo das fases e etapas descritas nesta reunião, incluindo a base de dados. A segunda apresenta e descreve o contexto e a simbologia da nova logo da RB Pantanal, discutida junto com o CN da RB Pantanal. Neste momento o WWF-Brasil solicita que os membros do CERBPantanal-MT acessem as macroetapas, conheçam o “Termo de Adesão” e encaminhem as contribuições até o dia 25/06. Além do termo será necessário a) avaliar e validar as etapas do selo “iniciativa Amiga RBP”, b) avaliar e validar a nova identidade visual da Marca RBP e c) contribuir com dados técnicos para a plataforma PowerBI. Continuou explicando que na Plataforma PowerBI foram também incluídas as “Iniciativas Mapeadas”, que são os produtos e serviços mapeados na RB Pantanal sem CNPJ. Os dados sobre as brigadas de combate aos incêndios florestais, elaborada pelo ICV, poderá ser incluída na plataforma. Solicitou que o CERBPantanal-MT faça o levantamento de iniciativas localizadas em MT para serem incluídas na plataforma.
Gabriela (SEMA)	Perguntou se algum membro tinha dúvida sobre a apresentação dos técnicos do WWF-Brasil sobre o selo.
Cátia (UFMT)	Parabenizou a equipe da ONG pela apresentação, mas solicitou esclarecimentos sobre como comunidades tradicionais ou pequenos produtores poderiam ser incluídos na plataforma, talvez por meio de associações e/ou sindicatos.
Júlia (WWF-Brasil)	Esse é o maior desafio porque para legalizar a atividade é necessário um CNPJ. Somente essas atividades poderão receber o selo. Enquanto não tem CNPJ a atividade é incluída na plataforma e é considerada uma “Iniciativa Mapeada”. Esclareceu que a ONG está buscando mecanismos para que os pequenos tenham um CNPJ, como por exemplo, está sendo formada uma parceria com o SEBRAE de MT e MS. O SEBRAE aprovou um projeto intitulado “Pró-Pantanal” com o objetivo de fortalecer a capacidade técnica para os pequenos. Ficou acertado que o SEBRAE terá como prioridade levar essa capacidade técnica para os pequenos que vivem na área da Reserva.
Cláudia (Rede de CT Pantaneira)	Cumprimentou a todos e se disse feliz com a apresentação porque visualiza no selo outras oportunidades para as comunidades tradicionais. Contudo, acredita que mais uma vez as Comunidades Tradicionais (CTs) têm que se enquadrar em caixinhas, como essa definida pelo CNPJ. Informou que as CT têm várias iniciativas que

	<p>seriam beneficiadas com o selo, mas que não são formalizadas e tal formalização demanda tempo. Acrescentou que a parceria com o SEBRAE deveria atender às necessidades das comunidades, pois geralmente iniciativas semelhantes não atendem às CTs mesmo quando afirmam que forneceram capacitação a estes grupos. Isto porque as exigências não atendem à realidade das CTs. O espaço concedido às CTs no Comitê deveria ser de ouvir as demandas e formular políticas públicas que atendam a este público. Para a representante as muitas iniciativas que já existem para a RB Pantanal, como o mapeamento das brigadas e o selo, entre outras, deveriam servir de referência na construção de políticas públicas que beneficiem às CTs.</p>
Leandro (SEDEC)	<p>Relatou que a Secretaria Adjunta de Turismo, vinculada à SEDEC, desenvolve o “Projeto Turismo Sustentável”, no âmbito do Programa PAGE MT (Parceria para Ação em Economia Verde) coordenado por cinco agências da ONU e o Governo de MT. O projeto está sendo desenvolvido desde 2016 e produziu dois manuais – um dirigido aos empresários sobre normalização e certificação e outro com diretrizes que possam incentivar os municípios a criarem políticas públicas voltadas ao Turismo Sustentável em MT. A SEDEC está na segunda etapa do projeto de consultoria para os empresários, cuja execução está a cargo do SEBRAE. Doze empresas foram selecionadas entre 15 que se inscreveram para participar do projeto, sendo duas localizadas no Pantanal Mato-grossense – o Hotel Aymara Lodge (Poconé) e a Pousada do Rio Mutum (Barão de Melgaço). O trabalho do SEBRAE é de orientar as empresas no sentido de obter uma certificação associada ao Turismo Sustentável, garantindo que as ações desenvolvidas no empreendimento sejam sustentáveis. A certificação não será concedida dentro do prazo final do projeto, em função da pandemia que atrasou a realização de todas as etapas. Informou que os manuais estão disponíveis no site da SEDEC – <a href="http://www.sedec.mt.gov.br/-/13462827-turismo-sustentavel?ciclo=cv_turismo">http://www.sedec.mt.gov.br/-/13462827-turismo-sustentavel?ciclo=cv_turismo</a>. Conclui que o turismo foi o setor mais afetado com a pandemia, exigindo uma readequação da agenda pelo Estado, se colocou à disposição para maiores esclarecimentos.</p>
Fernando (ICMBio)	<p>Cumprimentou a todos e parabenizou o WWF-Brasil pelo trabalho sobre o selo da RB Pantanal. Apresentou duas perguntas. Na primeira questionou se as iniciativas mapeadas, incluídas na plataforma PowerBI, foram cadastradas pelos próprios empreendimentos/empresas/atividades ou parceiros ou outras pessoas? A dúvida se dá considerando que existem diferentes iniciativas do terceiro setor que poderiam compor a base, desde que haja interesse por parte dessas entidades. A segunda é se realmente há necessidade da existência de um CNPJ. Entende que para a comercialização de produtos é importante, mas, por exemplo, a cadeia produtiva da pesca amadora em Corumbá depende do fornecimento de iscas vivas por CTs sem organização social formal. Relata que o ganho dessas pessoas é muito baixo comparando com o restante da cadeia; considera um trabalho semiescravo. O Ministério Público Federal desenvolveu uma ação com essas CTs, buscando definir o preço justo das iscas. Acredita que a RB Pantanal pode estimular na iniciativa</p>

	do selo o comércio justo. Considera que o fato de estar cadastrado na base de dados não significa que as CTs serão de fato beneficiadas dentro do contexto do comércio justo. Informa que tentou acessar o Termo de Adesão no site da RB Pantanal, mas não conseguiu.
Júlia (WWF-Brasil)	Solicitou que o Fernando (ICMBio) anotasse o email do Breno e dela, para enviar o documento a ele. Com relação à manifestação da Cláudia (Rede de CTs Pantaneira) e do Fernando (ICMBio), em defesa das CTs não formalizadas, esclareceu que qualquer membro dos Comitês poderá cadastrar alguma iniciativa. As que compõem atualmente a base são de conhecimento do WWF-Brasil. A partir de agora a ONG cadastrará as iniciativas indicadas pelo CERBPantanal-MT e de parceiros, desde que os responsáveis pelas iniciativas estejam de acordo. Basta informar as coordenadas geográficas e qual a atividade associada. Acrescentou que essa questão sempre foi uma preocupação da ONG porque é sabido que a maioria das iniciativas, localizadas na área da RB Pantanal, não está formalizada. Acredita que o WWF-Brasil, como parte do CERBPantanal-MT, pode apoiar tais iniciativas, seja via SEBRAE por exemplo. Explicou que ao destacar a atividade do turismo na plataforma se observa que muitas outras cadeias não estruturadas estão associadas como “iniciativas”, promovendo a sua divulgação e qualificação. Explicou que essa é a lógica usada na construção dessa rede. Sobre a certificação, abordada pelo Leandro (SEDEC), o objetivo é tratar no futuro, no longo prazo. No momento, o objetivo é identificar as iniciativas, onde se localizam, e como atendem os critérios da RB Pantanal.
Gabriela (SEMA)	Perguntou se alguém queria mais alguma explicação. Na ausência de questionamentos agradeceu aos técnicos do WWF-Brasil pela apresentação. Informou que as contribuições seriam enviadas para conhecimento da ONG. Em seguida solicitou à representante do SESC pantanal, Cristina Cuiabália, que apresentasse os “Planos de Ações Específicos” para as sete ações do PA da RB Pantanal 2020-2023 com participação da entidade.
Cristina (SESC Pantanal)	Cumprimentou a todos e iniciou a sua manifestação lembrando que na reunião anterior do CERBPantanal-MT o SESC Pantanal relacionou as ações do PA da RB Pantanal 2020-2023, em que está diretamente envolvido e propôs aos parceiros que elaborassem Planos de Ações Específicos (PAE), seguindo modelo usado pela entidade, que foi encaminhado pela Héliida (SEMA) aos membros do Comitê. Relatou que as reuniões do grupo de trabalho formado pelo SESC Pantanal e o CPP/INAU resultaram na seleção de algumas ações iniciais, consultando eventualmente a Héliida (SEMA), Gabriela (SEMA) e ICMBio para questões mais pontuais. Apresentou novamente as ações reunidas em quadro resumo. Informou que seria apresentado o andamento dos PAE. A primeira ação é criar e executar programas e cursos de treinamento sobre temáticas relacionadas com a RB Pantanal e gestão de áreas úmidas, e foram definidas as atividades: a) levantamento de material e iniciativas de capacitação no contexto nacional e internacional sobre RBs, para subsidiar e identificar lacunas e necessidades, sob responsabilidade do Prof° Pierre (CPP); b) levantamento de iniciativas de capacitação em curso relacionadas às RBs no âmbito do GEF-Terrestre, SESC Pantanal, CPP/INAU e UFMT, sob

responsabilidade da Profª Cátia (UFMT); c) realização de reunião para identificar lacunas sobre capacitação a partir dos resultados dos levantamentos citados; d) planejamento e execução das reuniões de elaboração do programa de capacitação no âmbito da RB e parceiros, sob responsabilidade da Cristina (SESC Pantanal); e) validação do programa de capacitação junto ao Comitê. Informou que não faria o detalhamento de todas as ações e que esta relatada é suficiente para ilustrar o esforço realizado pelo grupo de trabalho. O SESC Pantanal se propõe a realizar reuniões com os demais envolvidos com intuito de dar sequência a essas ações. Comentou sobre a apresentação sobre a RB Pantanal para o Ministério Público Estadual (MPE) visando obtenção de recursos financeiros. Entrar em contato com o ICMBio para alinhamento, o que já aconteceu. Alinhar com o CERBPantanal-MT a elaboração e envio conjunto de uma carta ao MPE solicitando uma reunião com objetivo de formar parceria. Realizar a reunião proposta com o MPE. A implementação do uso do conceito de macrohabitats na área da RB Pantanal visando valorar serviços ecossistêmicos, com as seguintes atividades: a) mapear os macrohabitats da RPPN SESC Pantanal e identificar os serviços associados; b) valorar os serviços ecossistêmicos dos macrohabitats identificados; c) apresentar os projetos ao CERBPantanal-MT para divulgação e fortalecimento do uso deste conceito. Outro objetivo seria integrar a RB Pantanal com outros programas de reconhecimento da UNESCO, como os geoparques, mas não foram desenvolvidos os detalhes da ação. Primeiramente se pretende entrar em contato com o responsável pelo PAE para propor uma reunião com os responsáveis pelo objetivo, como o Instituto Gaia, esclarecendo que já entrou em contato com a Ingrid (Instituto Gaia), e a UNEMAT com o propósito de desenhar melhor esse PAE. Objetivo de criar protocolo de identificação de boas práticas sustentáveis do setor privado no território da RB Pantanal, com várias ações e sete metas: a) levantar e avaliar protocolos existentes de índices de conservação para propriedades com produção agropecuária, para atividades de pesca e turismo; b) elaborar proposta de protocolo de identificação de boas práticas sustentáveis do setor privado na RB Pantanal; c) validar a proposta de protocolo; d) recomendar a proposta para avaliação efetiva e aplicação; e) levantar e avaliar protocolos existentes sobre índices de conservação para outras áreas de atuação do setor privado. Por fim, o objetivo de estimular a incorporação do conceito de RB nos programas de responsabilidade socioambiental do setor privado, com as ações: a) levantar as ações de divulgação já existentes sobre as RBs com linguagem acessível ao público alvo; b) reunir com os demais responsáveis pela ação para definir estratégias de incorporação do conceito; c) organizar ações de divulgação da RB Pantanal direcionadas ao setor privado; d) produzir agendas de ações. Todas as ações foram elaboradas em conjunto com em reuniões com o SESC Pantanal, como a Profª Cátia (UFMT) e o Profº Pierre (CPP), e foram contatados os outros envolvidos na implementação das ações. O objetivo, no momento, é efetuar o monitoramento dos PAEs visando a continuidade da implementação das ações. Em seguida, sugeriu que a Profª Cátia se manifestasse no sentido de complementar a apresentação ou fornecer esclarecimentos.

Gabriela (SEMA)	Agradeceu a apresentação da Cristina (SESC Pantanal) e solicitou que os membros se manifestassem no caso de questionamentos e/ou contribuições.
Laércio (Presidente do CN da RB Pantanal)	<p>Cumprimentou a todos e pediu desculpas por não participar da reunião do Comitê desde o início, porque estava participando de outra reunião da Rede de RBs. Assistiu o final da apresentação do selo da RB Pantanal, o que é muito importante porque, assim, está sendo implementado o PA da RB Pantanal. Também é importante considerar que esse trabalho específico está sendo efetuado com apoio do WWF-Brasil. Afirmou estar de acordo com a manifestação da Cláudia (Rede de CTs Pantaneira) sobre a necessidade de políticas públicas voltadas às CTs, uma vez que sempre que se trata da RB Pantanal, principalmente na discussão do selo, essa demanda é considerada uma vez que é necessário de fato incluir esses grupos que são invisíveis. Esse tema foi discutido amplamente pelo CN da RB Pantanal com o WWF-Brasil e acredita que o selo deverá atender a todos os seguimentos das cadeias, promovendo a visibilidade dessas pessoas, mesmo considerando a necessidade de CNPJ e Inscrição Estadual. A proposta do selo é fornecer respostas e atender de alguma forma as pessoas que fazem parte das cadeias produtivas, seja no turismo ou no agronegócio. Solicitou que seja levado em consideração que as ações relacionadas à RB Pantanal foram iniciadas a partir de 2016 e no momento está, em princípio, no terceiro PA que busca aperfeiçoar a execução de ações de implementação da referida reserva. Relatou que o Leandro (SEDEC) expôs a atuação da SEDEC no segmento do turismo, que vai ao encontro da proposta de selo da RB Pantanal, e crê que existirá no futuro uma ação conjunta, talvez na fase da certificação. Respondeu ao Fernando (ICMBio) explicando que o comércio justo é uma preocupação do CN da RB Pantanal, que está inserida no processo de construção do selo. Salienta que o comércio justo está relacionado não somente no comércio de iscas vivas, mas de outras cadeias produtivas no Pantanal Mato-grossense. Parabenizou o CERBPantanal-MT pela sua atuação e, especificamente o trabalho do SESC Pantanal e parceiros para implementar o PA da RB Pantanal. Informou que o Comitê de MS não chegou nesse nível. Comentou que o objetivo de integração da RB Pantanal com outros programas reconhecidos pela UNESCO, como os geoparques, apresentado pela representante da RPPN SESC Pantanal ficou um pouco vago, mas, relata que este ponto estava sendo discutido na reunião de hoje da Rede de RBs. Solicitou que a Cristina (SESC Pantanal) entrasse em contato com a Prof<sup>a</sup> Carolina Joana (UNEMAT) que é vice-presidente do CN da RB Pantanal que faz parte de um grupo de apoio técnico sobre mudanças climáticas da Rede de RBs. Informou que atualmente é o coordenador da Rede de RBs, que conta com três grupos de apoio técnico trabalhando – um deles é o que trata mudanças climáticas. A Rede de RBs está desenvolvendo também um PA. Representantes da RB Pantanal pretendem participar de um webnário, coordenado pela UNESCO – Montevideu, que discutirá os incêndios no Pantanal, entre outros assuntos. Comprometeu-se em enviar aos membros do CERBPantanal-MT a programação do webnário logo que esta for finalizada. Também informou que em 2021 é comemorado o “Ano Internacional das Cavernas e do Carste” (<a href="http://iyck2021.org/">http://iyck2021.org/</a>), o que levou a UNESCO, no Programa MaB, a</p>

	lançar neste ano a “Rede Mundial de RBs com Cavernas – CAVEMAB” ( <a href="https://cavemab.com/">https://cavemab.com/</a> ). Considerando a significativa representatividade de cavernas e o carst no território da RB Pantanal, solicitamos integrar tal Rede. Para tanto, grupos de espeleologia de MT e MS produziram um vídeo de 60 segundos, conforme orientações da Rede CAVEMAB, que trata das cavernas que foi encaminhado à UNESCO; no vídeo foi inserido a logomarca da RB Pantanal. Será realizado um evento de comemoração dos 50 anos do Programa MaB, relacionado ao CAVEMAB, que contará com a participação da Rede Brasileira de RBs e da RB Pantanal. Informou ainda que a Rede Brasileira de RBs será incluída na Rede de RBs Lusófonas, ou seja, de países que falam a língua portuguesa. Esse conjunto de ações promovem a divulgação sobre as RBs brasileiras para a sociedade. A RB Pantanal se destaca atualmente por ser a única no Brasil como um PA atualizado e sendo implementado, servindo de exemplo para as demais RBs do Brasil. Agradeceu o apoio do CERBPantanal-MT ao Conselho Nacional da RB Pantanal e se colocou à disposição para outros esclarecimentos.
Gabriela (SEMA)	Agradeceu a apresentação do Laércio (Presidente da RB Pantanal) e solicitou que o Fernando (ICMBio) se manifestasse.
Fernando (ICMBio)	Iniciou pedindo desculpas à Cristina Cuiabália (RPPN SESC Pantanal) pelo fato de o ICMBio ter contribuído pouco na elaboração dos PAE, em função de inúmeros problemas do ICMBio. Esclareceu que pessoalmente acredita que falta aos gestores das UCs de MT, ICMBio e SEMA, a adoção da logomarca da RB Pantanal associados à estas áreas protegidas que são indicadas como zonas núcleo das RBs. Dessa forma valorizar as UCs e a RB Pantanal. Recentemente o ICMBio, na discussão do Planejamento Interno do Parque Nacional (PARNA) da Chapada dos Guimarães, discutiu a necessidade de usar essas logomarcas nas placas e nos materiais de comunicação das UCs, conseqüentemente, incorporando o título “Reserva da Biosfera” na gestão destas áreas. Citou como exemplo o PARNA do Pantanal que sempre destaca o fato de ser considerado um sítio RAMSAR e o PARNA das Emas como um patrimônio da humanidade. A discussão resultou em propostas de ações inseridas no planejamento do PARNA da Chapada dos Guimarães. Complementou que essas ações desenvolvidas pelos órgãos públicos têm impacto junto à sociedade em geral.
Gabriela (SEMA)	Agradeceu a manifestação do Fernando (ICMBio) e solicitou que a Profª Cátia (UFMT) Fernando (ICMBio) se manifestasse.
Cátia (UFMT)	Esclareceu que a proposta do Fernando (ICMBio) vai ao encontro do planejamento apresentado pela Cristina (RPPN SESC Pantanal) de ampliar para vários setores da sociedade (escolas, empresários e instituições) o conceito e importância das RBs. Sugere que os materiais produzidos pela UNESCO sobre as RBs sejam adaptados para a RB Pantanal. No momento está se discutindo como obter recursos financeiros para viabilizar essa ação de divulgação.
Gabriela (SEMA)	Agradeceu a manifestação da Profª Cátia (UFMT) e solicitou que a Héliida (SEMA) se manifestasse.
Héliida (SEMA)	Informou que a SEMA está coordenando o Programa REM-MT e ainda em 2021 será discutida a segunda fase do programa. Um dos pontos a ser discutido diz respeito à inserção da RB Pantanal no programa por meio do financiamento para algumas ações incluídas no PA da RB

	Pantanal. Seria possível, então, se propor a produção de material de divulgação sobre as RBs.
Laércio (Presidente CN da RB Pantanal)	Afirmou ser de grande importância a produção de um Plano de Comunicação e de Divulgação sobre a RB Pantanal, incluindo uma campanha de divulgação da reserva por meio, por exemplo, de vinhetas na Globo ou outras redes de televisão.
Gabriela (SEMA)	Afirmou que será viabilizada a reunião com a Coordenação do Programa REM-MT com intuito de receber apoio financeiro para a referida ação. Em seguida lembrou a todos que na última reunião ficou decidido que a Héliida (SEMA) sistematizasse as ações do PA da RB Pantanal que estão em andamento. Esse documento foi encaminhado aos membros do Comitê onde estão listados 11 resultados relacionados em 15 ações distribuídas em três Áreas de Ações Estratégicas. Complementou dizendo que o documento demonstra que os Comitês estão buscando colocar em prática as ações previstas no PA da RB Pantanal. Solicitou ao Laércio (Presidente do CN da RB Pantanal) que explicasse mais detalhadamente como se daria a participação dos membros do CERBPantanal-MT no vídeo sobre as cavernas.
Laércio (Presidente CN da RB Pantanal)	Esclareceu que o convite para participação no vídeo ocorreu a partir do projeto CAVEMAB, endereçado ao CN da RB Pantanal. Contudo, o tempo para a elaboração foi curto, sendo realizado por especialistas em cavernas de MT e MS. Comprometeu-se a encaminhar o vídeo à Coordenação do CERBPantanal-MT, que depois repassaria aos membros do colegiado. O CN da RB Pantanal tinha até 30/05/2021 para encaminhar o vídeo. A UNESCO está avaliando os vídeos de 701 RBs do mundo com intuito de selecionar aquelas que participarão do projeto.
Gabriela (SEMA)	Perguntou ao Laércio (Presidente CN da RB Pantanal) se seria compartilhado na reunião o vídeo.
Laércio (Presidente CN da RB Pantanal)	Esclareceu que compartilharia em outro momento, pois não dispunha de uma cópia do vídeo no computador que estava usando no momento.
Gabriela (SEMA)	Salientou que o Breno (WWF-Brasil) solicitou no chat da reunião que os membros do CERBPantanal-MT encaminhem suas contribuições sobre o selo da sociobiodiversidade até o dia 25/06, via email. Acredita que provavelmente muitos dos presentes à reunião participaram da elaboração do Plano de Ação de Combate ao Desmatamento Ilegal e Incêndios Florestais do Estado de Mato Grosso. Informou que o documento foi finalizado recentemente, envolvendo muitas instituições, com várias linhas de ação quanto à gestão, o monitoramento, responsabilização, fiscalização, prevenção e controle, proteção da fauna e comunicação. A experiência de 2020 fez com que o Estado amadurecesse e se preparar melhor para 2021, com as lições aprendidas e as experiências positivas e negativas. A Héliida (SEMA) deverá compartilhar com todos os participantes o referido Plano de Ação. Complementou que muitas das ações previstas dispõem de recursos orçamentários para a efetiva implementação, e que foi formulado um Plano de Operação Específico sobre o combate aos incêndios florestais, ano base 2020-2021. A SEMA também realizou curso de brigadistas, ministrado pelo Corpo de Bombeiros de MT, para atuarem nas propriedades rurais. Contratou brigadistas para atuarem na prevenção e no combate aos incêndios nas unidades de conservação

	estaduais. Com relação à fauna a SEMA está organizando o posto avançado para cuidados médicos para atendimentos de emergência. A expectativa da SEMA é uma atuação melhor do que a de 2020 no período de seca de 2021. Em seguida, perguntou aos presentes se queriam acrescentar algo à reunião, antes do encerramento.
Cláudia (Rede de CT Pantaneira)	Lembrou que em uma das primeiras reuniões do CERBPantanal-MT solicitou que o site da RB Pantanal incluísse mais informações sobre os Comitês, como a composição destes, por nome e instituições. Acrescentou que as informações sobre as ações na área da RB Pantanal não estão atualizadas, embora sejam muito importantes para a divulgação da RB. Solicitou, então, que a página fosse atualizada e que fossem inseridos os documentos, como ATAS e outros. Desta forma o colegiado mostra a transparência de suas ações.
Gabriela (SEMA)	Perguntou à Héliida (SEMA) se a gestão do site estava sob a responsabilidade do CERBPantanal-MT.
Héliida (SEMA)	Explicou que o site é gerenciado pelo WWF-Brasil e pelo CN da RB Pantanal.
Gabriela (SEMA)	Informou que a Héliida (SEMA) repassaria ao WWF-Brasil as informações disponíveis sobre o CERBPantanal-MT com objetivo de atualizar o site da RB. Complementou esclarecendo ao Bráulio (AECOPAN) pediu que fosse repassada a senha de acesso à proposta do selo da sociobiodiversidade da RB pantanal e à plataforma contendo os empreendimentos comunitários/ empresas/atividades ligados à produção sustentável na região. Informou que a senha era definida pelos números de 1 a 6, conforme descrito no chat da reunião. Em caso de dúvidas os membros deveriam procurar os membros do WWF-Brasil para esclarecimentos. Perguntou a todos se havia alguma questão a ser abordada na reunião.
Marcos (SEMA)	Esclareceu que a Héliida (SEMA) havia solicitado uma apresentação acerca do Subprograma Indígenas do REM.
Gabriela (SEMA)	Solicitou que ele apresentasse as informações.
Marcos (SEMA)	Explicou que tinha preparado uma apresentação, mas em função do tempo disponível falaria brevemente sobre o Subprograma. Explicou que o Programa REM representava uma premiação em dinheiro recebida por MT pela redução do desmatamento no Estado, pelo Governo Alemão e do Reino Unido. Os doadores exigirão que fosse elaborado um documento explicando como se daria a repartição dos benefícios, onde ficou definido que MT poderia usar até 40% dos recursos no combate ao desmatamento e aos incêndios florestais. Uma parte foi usada no Subprograma de Agricultura Familiar com a abertura de editais. Outra parte foi destinada à inovação na agricultura e pecuária em larga escala, bem como no aperfeiçoamento do manejo florestal. E uma quarta parte dos recursos foi destinada para atender os indígenas. Explicou que atua especificamente no Subprograma Territórios Indígenas junto com parceiros. Acrescentou que a gestão técnica do Programa REM é realizada pela Sema e a financeira pelo FUNBIO. O Subprograma Territórios Indígenas, em princípio, também faia editais para acesso por entidades com interesse nesta área. Contudo, com a pandemia foi necessário evitar o contato dos indígenas com os não-indígenas. A própria Federação dos Povos Indígenas de MT



	<p>(FEPOIMT), junto com a Coordenação do REM e a Consultoria Internacional, resolveram priorizar a formulação de um plano de emergencial de enfrentamento à Covid-19 nas aldeias, contemplando a segurança alimentar dos indígenas, os Núcleos de Saúde indígenas, assegurar a comunicação entre as aldeias com intuito apresentar informações sobre a vacinação e desenvolver ações de prevenção e combate de incêndios florestais nas Terras Indígenas (TIs). Contudo, os recursos para essa última ação são escassos, sendo necessário solicitar a colaboração para treinamento de brigadas indígenas. A implementação dessa ação foi difícil porque a gestão das TIs é de responsabilidade da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em Mato Grosso e na sede em Brasília. Os técnicos da FUNAI em Brasília não se interessaram pela proposta porque o combate aos incêndios nas TIs é de competência do Programa PREVFOGO do IBAMA. A SEMA entrou em contato com os responsáveis pelo PREVFOGO em MT que informaram não ter recursos humanos e financeiros para treinamento de novas brigadas. O REM, então, solicitou que os bombeiros capacitassem as brigadas indígenas. A escolha do local onde ocorreria a capacitação ficou a cargo da FEPOIMT, isso porque o Subprograma Territórios Indígenas desenvolve ações definidas em conjunto com os povos indígenas. Em seguida, os povos indígenas solicitaram que as suas brigadas fossem remuneradas, sendo considerada uma demanda justa pelo Subprograma, mas não foi aceita pelo FUNBIO, uma vez que o Manual Operacional do Programa REM impede a contratação direta de indígenas. Foi decidido que o Subprograma contrataria uma entidade que, por sua vez, contrataria os indígenas. A Aliança da Terra foi uma das entidades consultadas, mas o valor orçado foi superior ao disponível para essa ação. Seria necessário retirar recursos destinados à segurança alimentar ou outra ação do Plano Emergencial, com certeza prejudicando a sua execução. Outra possibilidade seria contratar os bombeiros para o treinamento, mas o Programa REM não permite a transferência de recursos para o Estado. Por ora o Subprograma e a FEPOIMT decidiram pela aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e outros de combate ao fogo, incluindo fardamentos e bombas costais, que serão repassados às brigadas já capacitadas pelos bombeiros, estando uma localizada em Barão de Melgaço. O Subprograma espera que sejam capacitados cerca de 100 brigadistas indígenas no Estado. Além disso, o subprograma vai apoiar financeiramente as ações do PREVFOGO nas TIs.</p>
Gabriela (SEMA)	Agradeceu ao Marcos (SEMA) pela apresentação e, em seguida, informou que o Marcondes (ICV) solicita no chat mais informações sobre as capacitações dos indígenas como brigadistas e outras relacionadas a àquelas brigadas já formadas.
Marcos (SEMA)	Esclareceu que tais informações são disponibilizadas pelo Batalhão de Emergência Ambientais (BEA), comandado pela Tenente Coronel Juscierí.
Marcondes (ICV)	Agradeceu ao Marcos (SEMA) pelas informações, contudo, lamenta que estas não sejam disponibilizadas diretamente pelas instituições, trazendo transparência nas ações para a sociedade.
Marcos (SEMA)	Lembrou a todos que a FUNAI é responsável pela gestão territorial dos povos indígenas, com muitos servidores considerando ainda estes

	tutelados pelo Estado; não se respeitando a autodeterminação desses povos. Este fato dificulta muito as relações entre o Estado e a FUNAI.
Laércio (Presidente do CN da RB Pantanal)	Sugeriu que o Marcos (SEMA) que mantivesse contato com ele porque em Mato Grosso do Sul existe uma brigada indígena do povo Kadiwéu, com ações muito interessantes. Comentou ser absurda a proibição de remuneração aos indígenas.
Marcos (SEMA)	Explicou que o Governo Federal atua com legislação muito antiga, que considera os brigadistas contratados para atuar no PREVFOGO como servidores do Estado, recebendo seguro por esse período. Entretanto, se o contrato é pelo FUNBIO deve-se seguir as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), cujos encargos contratuais são altos e quase inviabilizam a contratação. Além disso, como a atuação de brigadistas é uma ação de risco o FUNBIO teria que arcar com seguro de vida, horas extras, deslocamentos entre outras despesas.
Laércio (Presidente do CN da RB Pantanal)	Esclareceu a todos, especialmente à Cláudia (Rede de CT Pantaneira) que as demandas sobre o site solicitadas por ela serão atendidas. Pediu que a Héliida (SEMA) encaminhe as informações do CERBPantanal-MT para o CN.
Gabriela (SEMA)	Esclareceu também que, nos casos de capacitação de comunidades tradicionais do pantanal pelos bombeiros, foram doados EPIs e abafadores construídos de forma artesanal pelos detentos do sistema prisional do Estado, com restos de madeira apreendida e borracha que seriam descartadas por indústrias. Foram distribuídos 200 abafadores para os brigadistas do Parque Estadual Encontro das Águas e serão distribuídos o total de 1.200 abafadores para outras brigadas de MT. Em seguida, perguntou aos participantes se haveria mais algum informe. Acrescentou que a reunião, apesar de extensa, foi muito produtiva. Agradeceu a participação de todos e as contribuições dadas pelos membros do colegiado e por representantes de outras entidades. Informou que serão feitos os encaminhamentos definidos durante a reunião.

#### **Encerramento**

Nada mais havendo a declarar a Sra. Gabriela (SEMA) encerrou a reunião às 11h e 25 minutos e eu, Héliida Bruno Nogueira Borges, lavrei esta ATA que será avaliada, as sugestões e aprovação apresentadas via e-mail pelos membros do Comitê presentes à reunião virtual.